

RESENHA

Islam and Chinese Society: Genealogies, Lineage and Local Communities.
Abingdon: Routledge, 2020.

Thaís Chaves Ferraz¹

Maria Gleiciane Fontenele Pereira²

Francisca Amélia Barbosa Barros³

Hui: esse é o nome pelo qual os “muçulmanos chineses” são conhecidos. Ainda que minoritários, sua presença é longa na China. Sua distinção frente a outros grupos, embora possa estar fortemente conectada à etnicidade, costuma pender para a questão central da escolha religiosa.

Abordando principalmente as práticas e formas de integração na sociedade chinesa dos muçulmanos, *Islam and Chinese Society: Genealogies, Lineage and Local Communities* (em português, “Islamismo e sociedade chinesa: genealogias, linhagem e comunidades locais”) é uma obra organizada por Jianxiong Ma, Professor Associado em Antropologia na Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong, Oded Abt, Professor de História Social e Religiosa Chinesa em Tel Hai College, de Israel, e Jide Yao, Professor de Etnologia e Diretor do Southwest Asia Institute e do Center of Iran Studies, da Universidade de Yunnan, na China. Através dos interesses de estudo em comum, escrevem e organizam esse livro juntamente com outros oito autores. Estruturados como ensaios, cada capítulo traz aspectos da sociedade chinesa a partir da construção do Islã levado pelos muçulmanos à China, observando desde

¹ Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal Fluminense.

² Mestranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Piauí.

³ Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí.

genealogias e linhagens nas diferentes comunidades locais até diálogos entre o confucionismo e os textos ensinados nas mesquitas em chinês, o estabelecimento destas como referências, desenvolvimento de ordens sufis e contrastes identitários no que afirmam ser uma sociedade multicultural.

O livro explora a história do Islã na China – menciona os períodos das dinastias e as relações mais atuais entre as populações Hui e o Estado, por exemplo – e demonstra como, ao longo do tempo, esses muçulmanos adotaram e ressignificaram práticas chinesas, especialmente pela difusão da educação no Islã, mesmo quando a religião era vista como de origens desconhecidas, proibidas e misteriosas, o que leva ao exame do sufismo. A adaptação cultural do Islã nas comunidades locais e as genealogias ajudaram a criar não apenas as relações de parentesco, mas narrativas de autorreferência e de sucessão espiritual.

Ramos sectários do Islã já podiam ser encontrados por toda a China desde 1271, mas seus praticantes ficaram conhecidos como Hui durante a dinastia Qing (por volta de 1600 d. C.). Apesar de serem muitas vezes tomados como *outsiders*, são, em grande parte, chineses. Hoje, ainda que dominem vocabulário em árabe, costumam se manter falantes nativos em seus lares. Os textos reunidos na obra buscam demonstrar como essas comunidades muçulmanas foram organizadas, levando em conta também conflitos com o Estado chinês. Porém, os autores buscam focalizar como essas pessoas se adaptaram, seja em termos de resistência, seja nas formas de manter suas práticas religiosas vivas, propondo intrínsecos modos de viver: ser chinês e muçulmano.

Publicado pela primeira vez em 2020, o livro está dividido em nove capítulos escritos por diferentes autores, além de conter um glossário com transliterações. A iniciativa histórico-antropológica pretendia, segundo seus editores, unir o trabalho de profissionais da China e do mundo, e a opção por trazer seus apontamentos para o público por meio da língua inglesa seria uma forma de contribuir com variadas áreas das ciências humanas, fazendo com que estudos sobre o Islã nas sociedades da Ásia sejam visibilizados ao máximo.

Pesquisas sobre a China estabelecem que a genealogia se prova ser uma estrutura para caracterizar as aldeias e distintas linhagens. Contudo, em sua opção pelo Islã, os Hui costumam se diferenciar em muito de outros grupos étnicos, como a maioria chamada Han – daí os autores da obra procurarem responder a questionamentos sobre esses muçulmanos: em que medida a genealogia e a geografia

local seriam relevantes para uma população minoritária que pode ser composta por comunidades “dramaticamente diferentes”?

Historicamente, há os Hui de pequenas sociedades próximas ao Rio Amarelo que se misturaram com os Han e outras etnias. No noroeste da China, os Hui intermediavam nômades e pastores tibetanos e mongóis e fazendeiros Han. Habitam cidades costeiras, pequenas vilas ao longo de rotas transportadoras e localidades comerciais. Ademais, sua crença em um só deus, Allah, e o fato de possuírem formas de culto religioso dessemelhantes e terem nas mesquitas um local de aprendizado e espaço religioso, sem a estruturação tradicional dos templos, são fatores que se constituíram como fonte de análise para os escritores dessa obra.

A pesquisa foi realizada através de observações em campo, com exame de documentos oficiais e de outros, adquiridos pela sociedade local. Os capítulos exploram como, na história chinesa, as trajetórias dos variados desenvolvimentos das mesquitas, a relação com o Estado imperial e as linhagens e genealogias Hui interagem de formas diferentes em cada época e parte da China.

No capítulo 1, *The Mosque and Scripture-Hall Education*, os autores Jianxiong Ma e Jide Yao retratam, numa perspectiva histórica Ming-Qing (transição dinástica), a preponderância das mesquitas e a genealogia para os Hui, em um comparativo com a dinastia anterior, Yuan, quando muitas populações muçulmanas chegaram à China.

O texto propõe um percurso das relações de poder entre os líderes muçulmanos e demonstra que, já durante o período Qing, os chefes religiosos que assumiam as mesquitas passavam a ter seu cargo como hereditário, e sua família e a linhagem tornavam-se também responsáveis pela mesquita. Nesse contexto, família e linhagem eram vistos como iguais e muitos modelos de governança seguiam padrões familiares de organização.

As mudanças dos tempos Qing vieram acompanhadas de um sistema de ensino, em que a mesquita era o centro do aprendizado e da recitação de textos religiosos e do Alcorão, um local não só para a devoção. Esse espaço torna-se uma escola, com textos padronizados, pois circulavam traduções do árabe e do persa (mais tarde, tornou-se mais prático ler somente em chinês). Vez que a comunidade apoiava a mesquita, não era necessário coletar taxas.

Uma grande mesquita provia desde o ensino básico até uma especialização teológica. Havia uma elite letrada que acreditava não ser problema aproximar o

conhecimento do Islã do confucionismo. Depois do século XVI, as famílias que controlavam as mesquitas perdem força e as lideranças podem ser escolhidas. A genealogia da família do Profeta Muhammad começa a importar, gerando conexões de parentesco e sobrenomes característicos.

As mesquitas representavam espaço de educação e adaptação dos chineses muçulmanos às variadas relações sociais, que incluíam comunicação, linguística, cultura e religião. Esse sistema de aprendizado teria sido um grande marco transicional entre dinastias e também para a identidade Hui.

No capítulo 2, *Succession in the Yunnan School (Yunnan xuepai) of Islamic Thought*, Zhihong Ma propõe exemplos do que significava uma genealogia e linhagem intelectual de orientações islâmicas. Em Yunnan, província chinesa, mestres do Islã, assim considerados por sua excelência em conhecimento e qualidades pessoais, passaram a ser celebrados, e seus feitos, recontados de forma legendária. Há grandes pacificadores, guerreiros, poetas, tradutores, peregrinos a Meca, mártires. Zhihong Ma nomeia aqueles que estabeleceram uma linhagem intelectual que foi incorporada à sua biografia, os mestres mais notáveis e seus discípulos. O estudo oferecido nas mesquitas é responsável por tornar os alunos exemplares futuros mestres, mas também contam as origens familiares de destaque social e associações de prestígio de alguns.

Em *Spiritual Genealogies of Gansu: Chains of Transmission in the Jahriya and Khafiya Turuq*, Jonathan N. Lipman e Thomas Wide abordam as ordens sufis (geralmente entendidas como vertentes místicas do Islã) que se desenvolveram no noroeste da China, em Gansu, apontando a crença na sucessão espiritual. Com genealogias construídas pela percepção de que era possível ligar-se a muçulmanos de toda parte, o que os definia era a conexão espiritual, e não biológica. Sufis creem que a bênção divina (*baraka*) vem de Allah para um líder carismático, e ela pode ser herdada por um descendente ou discípulo. Logo, muçulmanos chineses podem construir narrativas genealógicas transculturais, conectando-se ao mundo islâmico em sua totalidade, desde a época do Profeta até os dias de hoje.

O capítulo seguinte também é dedicado ao sufismo. *Representations of Sufi Genealogy and Their Socio-Cultural Interaction in Modern Northwest China*, de Chung-fu Chang, traz a característica secreta das genealogias sufis do noroeste da China. Aqui, “genealogias” referem-se às diversificadas formas de registros das famílias e suas re-

lações de consanguinidade. Não apenas a característica mística reflete as linhagens ambíguas, mas a falta de registros e documentos, o que tornou o sectarismo forte na região. Somente com a Revolução Cultural (1966-1976) muitos registros ficaram disponíveis a observadores externos, e o estudo busca resgatar esses dados, impactando a memória cultural dos sufis.

O capítulo 5, *Social Conflicts between New Teaching and Old Teaching Sufi Orders among the Salar (Xunhua Sub-prefecture, Gansu Province) in the 18th Century*, de Zongbao Ma, refere-se aos conflitos religiosos armados e judiciais entre duas ordens sufis, “Novos Ensinaamentos” e “Antigos Ensinaamentos”. Estes culminaram com a Revolta de Su Sishisan, em 1881, e com a Revolta de Tian Wu, em 1784. Vários outros conflitos também levaram à redefinição da estrutura religiosa e redistribuição de recursos, ocasionando mudanças na sociedade. Essas questões repercutiram na história dos grupos Hui e Salar. O extermínio massivo dos Salar, etnia que remeteria a turcos-otomanos, se destaca entre os estudiosos do assunto.

A seguir, Yue Que, em *Hui Lineages in Taozhou and the Acculturation of Islam during the Qing Dynasty*, analisa a genealogia de muçulmanos Hui em Taozhou, onde processos de localização e contato cultural foram estudados. Nesse capítulo fica clara a importância da participação dos oficiais Hui e dos estudiosos confucionistas de levarem as sociedades de fronteira local a uma aceitação e a um rápido desenvolvimento do Islã na região Taozhou no século XVII. São demonstradas detalhadas formas de listagens genealógicas, relações matrimoniais e inter-religiosas. Fala-se da integração de muçulmanos com uma população etnicamente diversa e na ideia de que os fundamentos de uma comunidade Hui são baseados no seu comprometimento com os preceitos do Islã.

O capítulo sete traz o estudo das genealogias Huihui de Qingzhou (Shandong) e a análise de como os registros foram criados e alterados, considerando-se seus conteúdos e suas mudanças, a construção da memória desse povo e as lembranças a partir da dinastia Ming (1368-1644). Em *Ming-Qing Huihui Genealogies and Changing Communal Memory: A Study of Qingzhou (Shandong) Huihui Jiapu*, Huiqian Ding nota aproximações com a família do Profeta e com o confucionismo, ritos funerários e práticas eventualmente diferentes daquelas atribuídas aos Hui, denotando a pluralidade da vida social dos muçulmanos em Qingzhou. Desta forma, demonstra como a memória é importante para que esse povo se veja como pertencente a uma religião, lugar e família.

No penúltimo capítulo, Jianping Wang aborda a linhagem Ma da localidade Xiaba, passando pelas origens migratórias, árvore genealógica até chegar a normas morais e éticas. Em *A Hui Muslim Lineage in Southwest China: A Case Study of the Xiaba Ma Genealogy*, é analisada a transformação de uma família em linhagem. As genealogias Hui exploradas nesse texto também dão exemplos de narrativas que demonstram os ancestrais adquirindo direitos de se estabelecer, possuir terras e controlar negócios, além de significarem fonte de educação no Islã e solidariedade familiar. Através da escrita genealógica acontece a renovação da tradição islâmica. A memória, a relação com o Islã e o confucionismo complementam o estudo dos escritos ao Alcorão e dos *hadith* (narrativas exemplares da vida do Profeta).

No último capítulo trata-se de comunidades de ascendência muçulmanas costeiras do sudeste da China, examinando-se o papel da genealogia de linhagens na formação da identidade desde o período Ming para a atualidade. *Genealogy Compilation and Identity Formation Southeast China Communities of Muslim Descent*, escrito por Oded Abt, fala de assimilação e garantia de direitos para minorias étnicas, além da grande diversidade que os Hui representam. Até os anos 1980, afirma o autor, essa população tão diversa nem sempre se identificava como praticante do Islã, mas sim descendente de muçulmanos. Com a busca pelos direitos minoritários houve a valorização das genealogias que mostram aderência ao Islã.

Como crítica, resta a observação de que, mesmo através da extensa pesquisa (que inclui documentos, ilustrações, mapas e traduções, passando por trabalhos antropológicos e de história social), falta dar importância à participação das sociedades locais nos processos políticos, religiosos e sociais. Os autores até mencionam a questão, entretanto, não fazem uma discussão aprofundada. Acaba por figurar a ideia de que somente os Hui fizeram parte da construção histórica chinesa. Apesar disso, o livro cumpre seu objetivo principal de abordar o papel da genealogia e das linhagens nas comunidades chinesas.

Os autores conseguem esclarecer o significado de genealogias e linhagem para os muçulmanos chineses, permitindo entender que suas definições variam como sistemas estruturais de organização de um grupo religioso dentro de um sistema multicultural. Em cada época e região da China, o Islã entre os chineses se constrói de maneira distinta, suas descendências, representações, mistérios, lutas e formação, ligando-se ao que entendem como linhagem e genealogias. Segundo Yue Que

(2020), os pesquisadores que absorverem somente as adaptações, como aquelas culturais arquitetônicas e de textos feitas entre os muçulmanos, perderão a chance de entender “por que e como a religião se transformou do Islã na China para se tornar o Islã chinês”.